

REVISTA

ISSN 2764-3867

# CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. 1 | N° 19 - SETEMBRO 2022



# A HORDA DOS DESALMADOS

# Revista Conhecimento & Cidadania

## **Editorial**

Pedro Costa – Editor-Chefe

Munique Costa – Editora Adjunta

## **Produção e Designer**

Edson Araujo

Munique Costa

Pedro Costa

Leandro Costa

## **Redação**

Edson Araujo

Pedro Costa

Munique Costa

## **Colunistas**

Edson Araujo

Leandro Costa

Mauricio Motta

Pedro Costa

Danielly Jesus

O conteúdo do **Caderno Direito nas Escolas** é independente e não tem correlação direta com a linha editorial da Revista Conhecimento & Cidadania.

Todas as entrevistas são previamente consentidas e guardam fidelidade com as declarações dos entrevistados.

O conteúdo desta edição foi produzido por **voluntários** que autorizaram a publicação de seus trabalhos, **não sendo remunerados**, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

**Revista Conhecimento & Cidadania**

**Vol. I – Nº 19 – Setembro de 2022**

**Rio de Janeiro – RJ**

**Curso Menezes Costa – CNPJ 28.814.886/0001-26**

**ISSN 2764-3867**

## A horda dos desalmados

Por Leandro Costa



Na mitologia grega a Ilha de Ea, Eana ou Aiaia, que supostamente seria o que hoje conhecemos como Monte Círcio, um promontório situado ao extremo norte do Golfo de Gaeta na região do Lácio ao oeste da Península Itálica, é a morada da feiticeira Circe, filha do titã Hélio e da ninfa oceânide Perse. A também conhecida como deusa da feitiçaria, em algumas versões, vivia na citada ilha devido ao castigo imposto pelos senhor do Olimpo, em outras, teria se isolado voluntariamente após ter envenenado seu esposo Sármatas.

A feiticeira, segundo a mitologia, era versada em poções e capaz de proezas mágicas consideráveis, mas o episódio vivido por homens sob o comando de Ulisses na Odisseia é o que chama a atenção, posto que, uma vez entregues aos desejos carnisais, tornar-se-ia prisioneiros. Na literatura de Homero os comandados do herói Ulisses acabam por aportar na localidade ora conhecida como Ilha de Eana, lar de Circe.

O comandante permanecera junto às embarcações e determinou que parte de seus homens buscassem por mantimentos na região, pois o seu objetivo era retornar para Itaca. A fração incumbida de tal missão deparou-se com um castelo cercado por animais selvagens, porém nada hostis, sendo a construção habitada pela deusa da feitiçaria e suas servas. Excetuando um dos membros do grupo, todos se banquetearam e entregaram-se aos prazeres carnisais naquela oportunidade, entretanto, foram transformados em suínos.

Somente Eurílico voltara ao encontro de Ulisses, haja vista que fora o único a não ser metamorfoseado em porco pelos poderes da feiticeira. Diante do que lhe foi dito, Ulisses decidiu enfrentar Circe, e, com a ajuda do deus Hermes, conseguiu resgatar seus homens, que voltaram a condição de humanos e deixaram a ilha anos depois.

Esta breve introdução serve para trazer o tema central do qual precisamos cuidar, considerando que, uma vez entregues aos vícios vos reduzimos a condições grotescas análogas aos animais não racionais. Seduzidos por prazeres momentâneos podemos nos envenenar e destruir aquilo que nos é mais valioso, nossas almas.

A maior vantagem que um inimigo pode ter é lutar contra uma tropa adoecida, envenenada, por isso, como acreditar que a flagrante defesa de uma moléstia pode ser resultado de uma visão simplista ou da ignorância. Dar aos que propagam a livre distribuição de uma doença significativa o benefício da dúvida é render-se antes mesmo de se opor.

Em verdade, é preciso tratar a descriminalização das drogas com a devida cautela, não por acreditar que se busca a diversão ou decorre de uma visão míope, mas, enfrentando a intenta com a coragem de indicá-la em sua devida face. A defesa dos entorpecentes tem um fim especial que não pode ser ignorado, seja pela sua busca em adoecer deliberadamente uma sociedade, seja pela vontade berrante em minimizar o mal que se alimenta do narcotráfico.

O mito da Ilha de Eana não se resume aos usuários de drogas, pode ser facilmente transplantados para outras figuras que se perderam em nome do poder e da fama. Se substituirmos a morada da deusa da feitiçaria por outra ilha veremos diversos seres entorpecidos pela luxúria e pelo poder, perdendo sua humanidade ao passo que se deixam seduzir pelo farto banquete. Ilhas como Caio Pedro, Caras e outras tantas podem ilustrar isso, posto que, uma vez envolto daquilo que se percebe como elite, torna-se fácil esquecer o propósito da existência.

Não por acaso assistimos indivíduos outrora famosos que, uma vez despidos de sua vida glamourosa, assumem ter saboreado um banquete sem vida ou se prestarem a papéis indignos para evitar aquilo que consideram a pior das punições, o ostracismo de sua bolha. Normalmente, acreditando-se como um ser superior devido à fama, poder, riqueza e outras formas de se destacar, surge o medo de perder o [status social de nobreza](#), uma visão perturbadora na qual se espia na sarjeta, despojado de seus suntuosos apetrechos de luxo.

Naturalmente, aqueles que estão em suas sacadas com uma vistas exuberantes não se importam em deixar sua moral em uma valise enquanto aproveitam o banquete, por tal razão é que assistimos a verdade florescer dos lábios de indivíduos que estavam calados quando usufruíam das pompas da realeza. Não quer dizer que os que expõe as vísceras e os corredores dos castelos tenham se arrependido de participarem das festas, tal reação pode ser tão somente uma forma de tentar atingir seus antigos pares,

uma vez que os culpa pelo descarte, ou mesmo, um jeito de conquistar algum tipo de brilho, atraindo a atenção dos que observam sua evisceração.

Aponta-se casos curiosos com de pessoas famosas que após seu crepúsculo admitem terem se sujeitado à lasciva alheia como forma de conquistar um espaço nos salões reais, assumindo que se submeteram ao chamado “teste do sofá” e portando-se como vítimas. Em verdade, a relação espúria entre o detentor do passaporte para o “sucesso” e a suposta aquele que, movido pela ganância, aceita o trato, é uma troca de favores perversos cuja vítima é uma pessoa que não participara da relação mas que se viu preterida em decorrência do favorecimento imoral. Se alguém aceita um acordo obscuro para obter um papel, uma promoção ou qualquer vantagem que não lhe era destinada, não pode possar de vítima quando tirou o que seria de outrem através de um subterfúgio.



Pode ocorrer o real arrependimento, uma vez que, alguém que tinha medo de perder sua posição social, temia a sombra do ostracismo, acaba por perceber que sua vida era uma ilusão e, por isso, decide servir de farol para que outros não sigam pela mesma rota. Uma espécie de alerta para os que poderiam se aventurar por um caminho, em grande parte das vezes, [sem volta](#).

Despencar da sacada do palácio é algo que qualquer um pode experimentar e, como dizia a sabedoria popular, “[quanto mais alto, maior a queda](#)”. Logo, a sombra do ostracismo assola mais àqueles que possuem maior apego ao poder, fazendo com que os mais poderosos sejam mais desprovidos de escrúpulos e da capacidade de renunciar aquilo que consideram como conquistas, ainda que tenham consciência do mal que significa.

Bestializado e sabendo que não há como cair do topo sem sofrer as consequências de suas marcas, o indivíduo sujeitar-se-á ao preço que lhe for exigido, tudo que importa é não ser humilhado por ter

perdido seu lugar no palácio, não arcar com as suas ações ou ser “rebaixado” ao nível dos seres humanos comum, deixando de ser especial, na sua concepção do que é ser especial. Protegido no interior de sua fortaleza surge a falsa crença que se é inatingível, não afeto às leis ou mesmos aos males que assolam o mundo, distanciando-se de um mundo real que é vivido pelo homem comum, contudo, implorando a cada dia para não ser lançado para fora das muralhas e se tronar aquilo que despreza, que é justamente, o ser humano que considera comum.

Se preciso for, o desalmado mentirá para negar sua existência superficial, seu desprezo pela vida simples e, principalmente sua queda, inventando uma realidade que possa confortar sua imagem de superioridade. Claro, não admitirá nunca que digam que o rei está nu, calando qualquer um que ouse lhe dizer a verdade, [criando instrumentos](#) para isso.

O poder corrompe e o medo de perdê-lo cega, por isso, natural que seu detentor busque impedir sua queda, não importando como o fará, pois, o temor do ostracismo é maior que qualquer outro, assim, o indivíduo, consumido pela luxúria, buscará ainda mais poder como forma de se perpetuar no centro do palácio, fazendo de suas relações com a humanidade se resumam a movimentos de um jogo no qual impedir a ascensão, ainda que merecida, de outros e a sua derroca é a única coisa que importa.

Alguém que se considera superior, capaz de conduzir as vidas alheias com base na sua visão de mundo, sempre buscará uma solução ineficaz, justamente por acreditar que está em um grau de iluminação que pode curar quaisquer que sejam os males da humanidade. Acredita que uma revolução é a forma de destruir um universo carcomido para implantar sua fórmula milagrosa, entretanto, é ingênuo crer que estas figuras estão no centro nervoso do processo.

Um revolucionário pode propor um mundo ideal com base em fantasias que aos serem postas em práticas tornar-se-ão experiências, na melhor das hipóteses fracassadas, mas que podem tomar proporções catastróficas, como o socialismo se provou ser. Nesta primeira análise, deve-se confessar propositalmente rasa, dar-se o benefício ao revolucionário, assumindo que ela apresenta uma teoria que parece boa, entretanto, ao ser colocada em prática acaba sendo falha devido às pontas soltas.

Infelizmente, não é possível tratar as coisas através de uma lente que busca enxergar a bondade em tudo, haja vista que, observando o resultado de todas as experiências socialistas, resta evidente que a teoria não é boa porém falha, sendo, na verdade, uma mentira posta a seduzir os incautos, como o banquete da Ilha de Eana. Tudo que se busca ao implantar um sistema socialista é que o grupo responsável por sua condução subtraia o poder do povo, ou de qualquer outro que o detenha, para tomar os salões dos palácios e as ilhas para si.

A tirania de um socialista que chega ao poder não decorre de uma doença movida por sua condição, não é um veneno que estava no trono tomado pelo líder dos revolucionários, mas algo que estava em seu próprio ser e o motivou em sua escalada ao topo, privando-o de sua humanidade para

atingir seus objetivos. Não por acaso são os déspotas que se destacam em meio a revolução, pois, uma vez privados de consciência, encontram na falta de pudor a liberdade para atropelar seus pares em busca de seu lugar ao sol.

Em síntese, o socialismo é uma mentira que parece bonita cujo único objetivo é arrebanhar seguidores para impor um sistema nefasto que garantirá aos seus líderes, e somente a eles, a ascensão ao poder. Seus apoiadores, os idiotas úteis, serão objeto de expurgo tão logo sejam considerados descartáveis, por isso, a elite revolucionária, aquela que tece os fios, sabe que muitos serão desprezados e expurgados, inclusive os membros da própria elite, desde que, em algum momento sejam considerados como ameaça ao poder.

O motivo de criar posições antagônicas e afastar cada vez mais pessoas por meio de rótulos decorre da necessidade de identificar quais são os indivíduos mais suscetíveis aos desmandos e os que podem ou precisam ser descartados. Não seria ideal para os líderes se livrar daqueles que possuem qualidade que se pretende explorar, entretanto, se figurar como clara oposição, o obstáculo será removido.

É essencial para a dominação que existam camadas que possam se comunicar de forma que as direções estabelecidas pelo centro nervoso sejam perseguidas ainda que não compreendidas. A mente dominante sabe que precisa de toda parte que puder aproveitar, porém, não conseguirá se comunicar com aqueles que estão distante intelectual e socialmente, como o cérebro que precisa ordenar um movimento aos pés, mas que o faz através de uma rede capaz de fazer com que a mensagem seja transmitida. O pé não precisa saber para onde está indo, basta que siga na direção ordenada.

A elite revolucionária já capturou intelectuais, ricos, famosos e autoridades que se consideram senhores dos castelos, por vezes o são, mas seus palácios ainda são ligados ao centro nervoso, aquilo que outrora tratamos como a [Grande Torre de Marfim](#). Percebendo que seus servos não eram capazes de controlar grandes parcelas da sociedade, precisaram manter o controle sobre a informação e trouxeram suas vítimas seduzidas por [promessas mentirosas](#).

Ao aprisionar os indivíduos através da mentira, criou-se uma expectativa não correspondida e a farsa estava desnuda e para continuar mantendo a revolução, está, naturalmente, se transmutou em algo novo, buscou recrutar aqueles que se consideravam excluídos ou vítimas. [Surgem as pautas identitárias](#), uma forma de cooptar indivíduos ressentidos, ainda que tal sentimento fosse implantado em seus corações pelos próprios líderes revolucionários, que passaram a buscar um lugar entre os seus, precisavam do chamado sentimento de pertencimento, queriam ser acolhidos em um grupo, assim como os gananciosos almejavam os salões dos palácios, os identitários só queria conforto em a afirmação que eram vítimas de um sistema excludente. Tornaram-se presas fáceis.

Por outro lado, para que a revolução ocorra, é preciso atingir um número considerável de pessoas, motivando-os a participarem da intenta ou acuando-os para que não se insurjam. Por isso, pode-se

observar a constante atuação no sentido de empurrar cada vez mais pessoas para os grupos minoritários, com a sexualização infantil, o imaginário que mulheres precisam defender os movimentos feministas, que homossexuais devem ao ativismo LGBT e que negros sofrem o chamado racismo estrutural, que nada mais é que uma forma indireta de imputar o racismo a todos.

Mesmo aqueles que se identificam com determinados grupos podem preferir não se arregimentar como elementos revolucionários, ora por, simplesmente, não se preocuparem com o tal sentimento de pertencimento, não sendo dependentes de aceitação de grupos, ora por perceberem que as pautas identitárias são meros artifícios para os aprisionarem, posto que, quando as minorias se chocam, há uma nítida omissão para garantir que a revolução seguirá os rumos traçados pela Grande Torre, ainda que, uma determinada minoria seja esmagada.

Aos revolucionários restou, ou sempre fora a vontade, lançar mão de mais uma fonte mão de obra para a sua intentação pelo poder, sendo preciso capturar ainda mais e pouco se importando com o material humano que iriam dispor, uma vez que consideram aqueles que manipulam para alçar o topo como seres descartáveis, os revolucionários associaram-se ao [lumpemproletariado](#), aquilo que o próprio Karl Marx tratava como trapos humanos, é o significado do termo. Essas pessoas não tinham valores e metas, suas vidas eram relegadas à sorte e, por isso não, tinham nada a perder, [viviam como se não houvesse amanhã](#), como passageiros de um trem desgovernado, sem pensar nas consequências.

Escravizar indivíduos desprovidos de valores, sem compromisso com as gerações futuras e fé, torna-se uma tarefa pouco árdua, justamente, pela fraqueza moral que a sociedade apresenta. Não haverá resistência alguma se o alvo do tirano for um grupo de pessoas adoecidas, por isso, o pânico sempre foi uma arma eficiente para dominação. As medidas autoritárias implantadas nos últimos anos não foram questionadas em razão do estado de pavor em que as pessoas se encontravam, o medo foi a chave para que a maior parte da população mundial se curvasse à vontade de uma elite despótica.

É necessário manter a [constante vigilância](#) e deixar o legado de uma sociedade forte com indivíduos livres, para que cada ferida não seja a origem de uma enfermidade fatal, precisamos cuidar desde os primeiros momentos, não transigindo quando o preço a alma humana. Faz necessário discorrer sobre a questão das drogas.

A descriminalização das drogas tem como argumentos a liberdade individual, a renda lícita em substituição à ilícita e a diminuição da violência causada pela “guerra às drogas”, que nada mais é que o enfrentamento entre forças de segurança e os narcotraficantes. Não há como debater o tema sem observar estes três pontos.

No que diz respeito à liberdade individual, não há como considerar um dependente químico um ser humano livre, pois o adequado tratamento que lhe dispensado aponta de tal forma. Uma adicto, não

importa qual seja o objeto de sua dependência não poderá ser tratado como livre, isso porque, sua dependência está adstrita a uma substância que lhe torna mais fraco, como é o caso de todas as drogas.

No que concerne a transferência do mercado ilícito para o lícito, o argumento mais inconsistente de todos, todavia, que seduz grande parte das pessoas, pois parte da premissa que a legalização das drogas traria renda ao Estado ao passo que uma indústria legal das drogas absorveria o mercado atualmente nas mãos dos criminosos, esvaziando assim a renda das organizações criminosas. Trata-se de uma narrativa vazia, pois há pontos que devem ser enfrentados.

De fato, o Estado teria um ganho em sua arrecadação devido aos impostos, mas, por outro lado, não há como sustentar que um ente que decorre da associação de pessoas possa assumir uma postura torpe ao ponto de alimentar-se de uma moléstia que sabe ter como essência aprisionar os indivíduos enfraquecendo-os. Seria como um indivíduo utilizasse o [autoflagelo para aferir lucro](#), o que de fato alguns fazem, mas não aqueles que estão presos a valores morais.

Por outro lado, a indústria legal teria alguns problemas no que diz respeito aos seus “clientes”, pois como se observa nas ruas das grandes metrópoles, os usuários de entorpecentes acabam reduzidos a uma horda zumbi se capacidade financeira, de forma que precisaram se socorrer do mercado negro para manter sua dependência. Os habitantes de uma “cracolândia”, termo que se refere aos locais de uma cidade em que usuários de drogas se reúnem, em regra, não tem meios de proverem seu sustento, recebendo doações de comida e, por vezes, trocando objetos por entorpecentes ou valores. Tais objetos, não raros os casos, são produtos de ilícito, como metais retirados de fiação e portões por meio de furto.

Saber como estes, parafraseando Karl Marx, “trapos humanos” poderiam sustentar uma cadeia produtiva sem que praticassem outros crimes é quase um exercício de imaginação inalcançável, entretanto, isso não parece ser um problema para quem vende a ilusão da mentira para chegar ao poder e enfraquece seus pares para lá se manter. Naturalmente, projetamos a imagem de saques sendo realizados para manter o vício e uma indústria que prospera através drenando todas as outras, reduzindo a zumbis todos os seus consumidores.

Por fim, temos a ideia, também mentirosa, que ao retirar a renda das organizações criminosas e absorver sua mão de obra, o mercado lícito de entorpecentes acabaria com a chamada “guerra às drogas”, o que, lamentavelmente é repetido como um mantra diabólico a ponto de convencer grande parte das pessoas.

O mercado legal não precisaria, e não absorveria, a mão de obra do narcotráfico, posto que, uma empresa não recrutará um menor de idade para avisar quando da presença de agentes de segurança ou de membros de sua concorrente, bem como, não precisará de indivíduos que são pagos com seus produtos, são semialfabetizados e usam da violência bestializada como único meio de vida. O lumpemproletariado

que porta fuzil nas comunidades não tem serventia para uma empresa que atue dentro dos parâmetros legais, logo, essa massa precisará obter outras fontes de receita.

A extorsão aos moradores e comerciantes que estão sobre o julgo dos criminosos, bem como, o roubo de quaisquer bens e o controle sobre serviços nas localidades em que há controle das organização, já se provaram fontes de receita capaz de manter a guerrilha, portanto, manter o poder sobre as pessoas acaba sendo mais importante que determinada atividade como fonte de renda. A trilogia O Poderoso Chefão (The Godfather), ilustra muito bem como organizações criminosas podem migrar de atividade para se manter no poder, ao apresentar uma família de mafiosos que da venda ilícita de bebidas alcoólica passam para o jogo ilegal após o fim da Lei Seca nos Estados Unidos da América, outras famílias se envolvem com entorpecentes naquele mesmo momento.

A narcoguerrilha utiliza o comércio de entorpecentes como sua principal fonte de renda e forma de arregimentar indivíduos para sua horda de desalmados, uma vez que, desesperados por sua adicção, os dependentes químicos aceitam qualquer tipo de situação para ter acesso à única coisa que lhes importa, tornando-se um refém irracional das forças revolucionárias. Entretanto, ainda que não houvesse usuários de drogas, a guerrilha permaneceria lutando por poder.

Os tiranos, necessariamente precisam escravizar outros para seus nefastos fins, seja pela guerra de classes, pelas pautas minoritárias ou pelo envenenamento através das drogas, sendo certo que a degradação moral é sua maior arma contra o uma sociedade que busca se ver livre. Assim como a feiticeira Circe, apresentarão uma face sedutora e um belo banquete, mas no final reduzirão os desalmados a porcos e subtrairão suas almas, pois, na revolução, os que primeiro perderam sua essência humana foram os líderes revolucionários.



## Se tua vida fosse um país, como ele seria sendo você o Presidente?

Por Edson Araujo



Há sem dúvidas um movimento de elevação da consciência em todos os sentidos na sociedade Brasileira.

Há que reconhecer que na última década as pessoas têm vivido um despertar ainda que instintivo sobre temas que outrora eram totalmente ignorados, pois se fizeram acreditar que outros deveriam fazê-los por nós.

Trago então uma analogia que tem como sempre o objetivo de promover reflexão sem a pretensão de esgotar o tema, pois cada pessoa tem seu nível de reflexão e isso deve ser respeitado sempre lembrando de que seja qual for o nível da pessoa ela deve alcançar a idéia e compreendê-la, pois sem compreensão não há prática adequada do que quer que seja.

Nesse caso, quando há que escolher um profissional, é inteligente que aquele que escolhe tenha nível de conhecimento ou informação suficiente para isso, e isso vale para a escolha de uma esposa, amigo, sócio, um prestador de serviço, enfim, quanto mais importante a escolha mais abrangente deve ser o conhecimento daquele que escolhe.

Baseado nessa informação, fazemos escolhas e estas escolhas nos trazem seus resultados, então para melhorar os resultados devemos melhorar as escolhas e no mínimo diminuir os impactos negativos de uma escolha equivocada.

Sempre que uma escolha é posta diante de nós é inteligente de nossa parte nos informarmos e refletirmos antes de decidir, sobre tudo quando áreas fundamentais da nossa vida e dos nossos queridos estão em jogo, como na escolha de cônjuge, por exemplo.

Por isso a pergunta no título deste texto é reflexiva.

Se nossa vida fosse um país, sendo nós os respectivos presidentes, como estaria, ou está a economia, infraestrutura, saúde, educação, trabalho, meio ambiente, enfim, as áreas fundamentais de nossa vida (país), façamos uma análise simples e veremos a quanto está nosso nível para escolhas importantes, sabendo que o que está fora é reflexo do que está dentro.

Por tanto se quero uma vida exterior mais qualificada urge primeiro qualificar-me interiormente ou intelectualmente eu diria.. É simples assim:

Se eu tenho um pomar que não está dando frutos e o máximo que tenho é sombra, devo buscar opções; uma delas é cortar as árvores e aí nem sombra terei mais, porém se quero mais que sombras posso optar por investir meu tempo em informações que me trarão conhecimento para tratar das árvores e fazê-las produzir seus frutos e daí outros benefícios virão, como até mesmo um novo negócio.

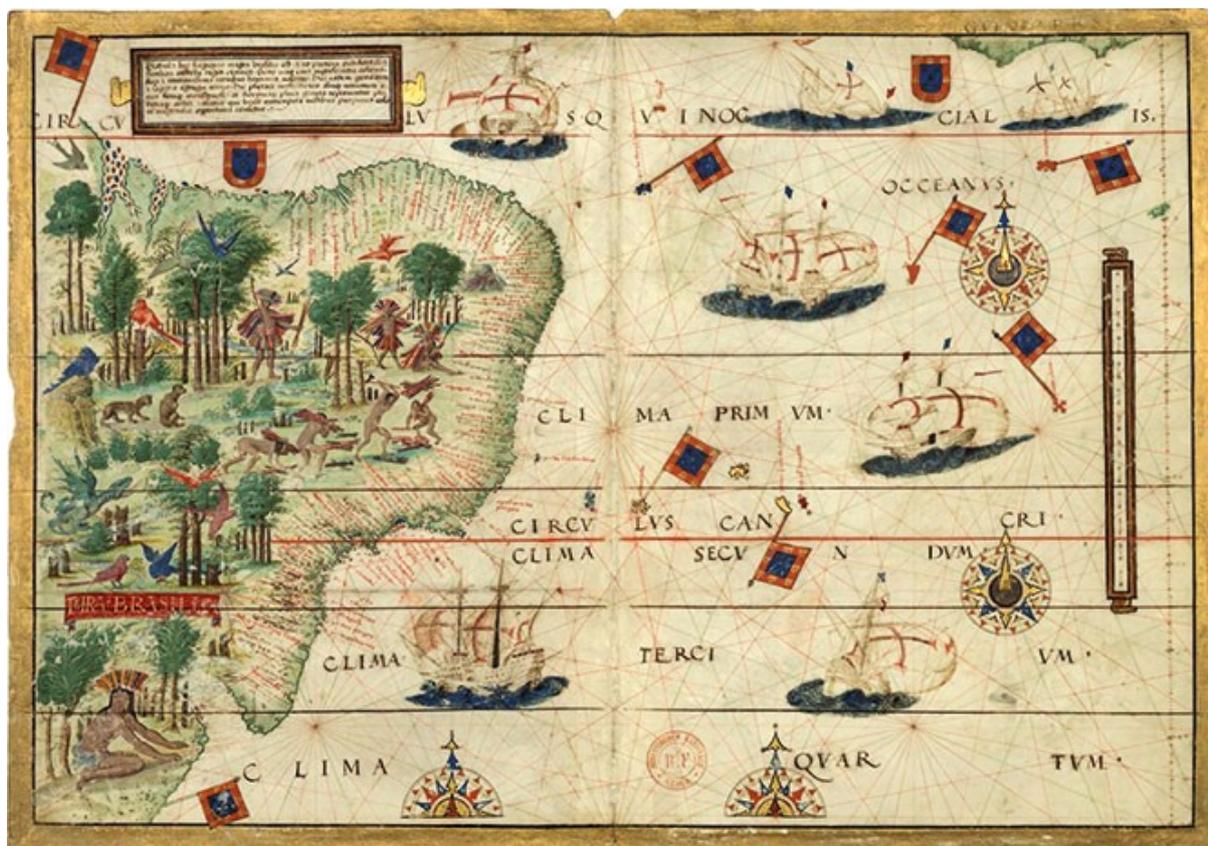
Para finalizar escrevo uma pergunta: Você tem alguma escolha importante para fazer e que pode mudar tua vida e dos teus amados?

Se sim, faça da melhor forma possível pois grandes escolhas se apresentam sempre diante de grandes pessoas.

Deus abençoe nossa jornada!

## A Interiorização da colonização nos séculos XVI e XVII

Por Maurício Motta



O território brasileiro apresenta na atualidade suas fronteiras estabelecidas e reconhecidas por todas as nações. É o maior país em extensão territorial da América Latina. O gigantismo do território brasileiro foi construído ao longo do período colonial, tendo a sua primeira delimitação ocorrido em 1494 através do Tratado de Tordesilhas, assinado entre as coroas espanhola e portuguesa, antes mesmo da posse oficial ocorrida em 1500 por meio da missão comandada por Pedro Álvares Cabral. Posteriormente, novos acordos foram firmados entre as duas coroas, tais como: o Tratado Utrecht (1713); o Tratado de Madrid (1750); o Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Tratado de Badajós (1801). É importante deixar claro que estes tratados assinados entre Portugal e Espanha foram contestados por outras nações europeias, como por exemplo a França e a Inglaterra, interessadas em participar da partilha das novas e terras e das possibilidades de exploração econômica.

Uma característica ainda marcante de seu povoamento e da distribuição dos grandes centros urbanos é seu posicionamento predominantemente litorâneo. Para compreender que fatores e motivações conduziram ao que hoje conhecemos como o “território brasileiro”, precisaremos conhecer de que forma se iniciou a sua ocupação com características de permanência.

Para discutir a respeito da ocupação do território brasileiro durante os séculos XVII e XVIII, é necessário que antes se faça um breve relato da trajetória brasileira desde o seu descobrimento até o momento acima citado. A partir desta perspectiva, torna-se indispensável observar aspectos sociais, políticos e econômicos inerentes ao processo colonizador português para que se compreenda aquela ocupação.

Como sabemos, o descobrimento do Brasil ocorreu em 1500. Depois de um rápido reconhecimento da costa e da comunicação do achado à Coroa Portuguesa, nenhuma iniciativa de ocupação foi tomada até 1530, quando Martim Afonso de Sousa foi enviado com o objetivo de combater o amplo comércio existente entre corsários franceses e os indígenas que habitavam o litoral e para o estabelecimento de vilas e feitorias que garantissem a segurança da costa e o comércio com a metrópole.

Tendo sido arrendada em 1506 a Fernão de Noronha e outros cristãos novos, as novas terras davam, por volta do fim da segunda década com o Pau Brasil, lucros significativos – não comparáveis aos do comércio oriental – e que já começavam a despertar o interesse de outras nações. Isto vem explicar o porquê da missão de Martin Afonso: ocupar para defender.

Concluída esta primeira etapa, era necessário então que se tomassem medidas que permitissem garantir a posse das novas terras. Seguindo a experiência anteriormente aplicada às ilhas dos Açores e da Madeira, decidiu-se pela divisão do imenso território em Capitanias que seriam concedidas a exploração comercial mediante o pagamento de tributos à coroa. Esta medida serviu para combater, ou ao menos dificultar a ação de corsários, mas mantinha a ocupação limitada à faixa litorânea em virtude de uma série de regimentos, entre eles, o que estabelecia o limite de dez léguas de terra para o oeste no aproveitamento da agricultura. Com exceção da Vila de São Vicente (semente da futura Cidade de São Paulo) fundada no planalto paulista, a ocupação era nesse momento, exclusivamente litorânea.

Esta defasagem de tempo ocorreu porque, neste período de trinta anos, Portugal beneficiava-se do comércio com as Índias através da rota descoberta por Vasco da Gama em 1498. O comércio com as Índias já estava estabelecido desde muitos séculos, e esta nova rota vinha concorrer com italianos e árabes no comércio entre a Europa e o Oriente. Por isso, não interessaria a Portugal desperdiçar tão boa oportunidade de auferir lucros com o comércio oriental, pois, as terras recém descobertas não se apresentavam, a princípio, tão pródigas em riquezas minerais como as possessões espanholas ao norte.

A partir de meados do século XVI iniciaram-se, timidamente, os primeiros movimentos rumo ao interior. Conhecidas como as “entradas” paulistas tinham o objetivo de capturar mão de obra nativa para o trabalho e sondar o interior a procura de ouro e pedras preciosas. Também neste período, o Rio Amazonas conduzia levadas de missionários Jesuítas para o interior da floresta visando a formação de “reduções” indígenas para catequese. Lembrando que as reduções eram aldeamentos organizados pelos jesuítas e

tinham dupla vantagem por não afastar os indígenas de suas terras e facilitar o processo de cristianização. Naqueles movimentos os jesuítas eram seguidos por comerciantes em busca de produtos tropicais muito procurados na Europa. Estas primeiras movimentações foram facilitadas durante o período da União Ibérica (1580 a 1640), pois, sob um mesmo rei – o de Espanha – o Tratado de Tordesilhas praticamente ficava sem efeito, facilitando em muito as incursões para oeste.

As primeiras formas de ocupação do interior, mais efetivas e duradouras, foram observadas no final do século XVI através do estabelecimento de fazendas de criação de gado no sertão nordestino, no Maranhão e particularmente na Bahia. Mais tarde tais fazendas chegariam à região centro-sul (Minas Gerais e Mato Grosso).

O auge do deslocamento para o interior ocorreu no final do século XVII com o descobrimento de grandes jazidas de ouro em Minas Gerais. Desde os últimos anos do século XVI já se extraía ouro em São Paulo, porém, em quantidades que não despertavam maior interesse. Entretanto, com as descobertas em Minas Gerais, ondas migratórias se deslocaram de diversos pontos da colônia para sua região central. É interessante notar que as fazendas de gado que já haviam se instalado naquela região, serviram então e também, como fornecedoras de carne para a subsistência das populações que trabalhavam nas minas. Também em Goiás e Mato Grosso a descoberta de ouro provocou a fixação temporária do homem à terra. Dizemos temporária, pois, nas palavras de Caio Prado Jr em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, “(...) no alvorecer do séc. XIX, (...) já se tinham esgotado praticamente todos estes depósitos de superfície na área em que ocorreram. A mineração sofre então o seu colapso final. (...)”. Com isso, a maior parte da mão de obra empregada na mineração retornou à agricultura e ao litoral, ficando no interior uma pequena parcela de população associada à agricultura de subsistência ou à pecuária.

Apesar de a ocupação ter sido em muito alavancada por momentos de desenvolvimento de certas atividades, sejam elas: o extrativismo, a agricultura, a mineração ou a pecuária, no período que nos interessa, a agricultura teve menor importância por ter permanecido fortemente ligada às áreas férteis e úmidas das baixadas litorâneas. Por esta razão, daremos maior ênfase ao extrativismo através da bacia amazônica, a pecuária nos sertões nordestinos e a mineração no centro-sul do Brasil. Não esquecendo a contribuição jesuítica tanto no norte quanto no sul do país.

Adiante, trataremos especificamente das motivações do retardo dos movimentos de ocupação do interior e, quando ocorreram, quais teriam sido suas relações com a metrópole. Seriam o resultado de um projeto colonizador consciente ou de um movimento natural e inespecífico? Esta ocupação causou reflexos em outros aspectos da vida colonial? E a agricultura, teve influência na interiorização mesmo estando baseada no litoral ou foi por ela afetada? É o que veremos.

Até o ano de 1530, o litoral brasileiro vinha sendo utilizado como escala de reabastecimento dos navios que rumavam para as Índias. Todo o interesse lusitano estava voltado para o comércio oriental que, desde muito tempo, provara ser bastante lucrativo. Em contrapartida, as novas terras descobertas não apresentavam sequer indícios da existência de riquezas minerais, podendo oferecer apenas o Pau Brasil que por este motivo se tornou a primeira fonte de lucros para a coroa portuguesa. Desta forma, o aparente desinteresse metropolitano pelo Brasil não passava de uma questão de estratégia e prioridades.

Mesmo depois da divisão do território em capitâneas e do estabelecimento de vilas e feitorias no litoral, um de nossos primeiros cronistas, frei Vicente do Salvador em sua obra *História do Brasil*, acusava os portugueses afirmando que “(...) sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitavam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”. Tal afirmativa não é incorreta, mesmo considerando que em 1627 quando foi escrita, o movimento bandeirante já avançava para o interior. A crítica era dirigida à forma pela qual a ocupação se dava, pois, “(...) que nenhum homem nesta terra é republico, nem zela, ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. (...). Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade, (...) e isto tudo vem de não tratarem do que há de cá ficar, senão do que hão de levar para o reino”. E não era exclusivo apenas dos portugueses a forma de abordagem colonizatória, pois o cronista ainda acrescenta: “(...) e isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída”. Importante esclarecer que os comentários do frei Vicente em nada podem ser vinculados a teorias de viés marxista, visto que Marx e sua teoria surgiram séculos mais tarde. Tratava-se da constatação de práticas normais para aquele tempo e para as sociedades sul americanas de então.

As “entradas” paulistas citadas anteriormente não podem ser consideradas como tentativa de povoamento, visto que seu objetivo era claramente econômico, já que buscavam a priori apenas mão de obra. Esta afirmação parece controversa na historiografia brasileira, pois, Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr apresentam opiniões divergentes a este respeito. Abreu nos diz em seu livro *Capítulos de História Colonial* que, com o fim da aventura desbravadora os bandeirantes fixaram-se em fazendas às margens do rio das Velhas e do São Francisco, chegando a reunir mais de cem famílias dedicadas a criação de gado; Prado Jr afirmou na mesma obra que já citamos anteriormente, que tais movimentos tiveram cunho exclusivamente exploratório sem fixar o homem à terra. Em um autor vê-se o contar da história de forma factual e isenta, quanto ao outro (mais recente) a visão opinativa e dirigida da História.

Até mesmo a ocupação do litoral seguiu uma prática que se tornaria comum ao processo de colonização brasileiro, ou seja, apesar das dificuldades naturais oferecidas pela natureza, o colonizador português procurou aproveitar-se de tudo que tornasse seu trabalho mais suave e/ou reduzisse as

dificuldades. A respeito disso, Capistrano de Abreu nos revela que o aproveitamento do curso dos rios e das trilhas criadas e usadas pelos índios – como no caso amazônico – teve vital importância para o reconhecimento e ocupação do interior. Também Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, acrescenta que os aldeamentos originalmente encontrados no litoral eram aproveitados para a formação de vilas, e onde não havia indígenas observava-se um “vazio” de ocupação europeia. Outro fator importante indicado por Buarque era o fato de encontrar-se por todo o litoral um mesmo tronco linguístico, o que facilitava sobremaneira a comunicação e, por conseguinte, a ocupação. Ainda segundo Buarque, “*O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. (...)*”.

Há que se considerar que esta fixação ao litoral pode ser explicada, em parte, porque a população de Portugal no século XVI não passava de um milhão e meio de habitantes em decorrência das baixas causadas pela peste negra nos séculos anteriores e do fato de ter-se empregado grandes contingentes de população no comércio marítimo com as Índias, mas estes não haviam de ser os principais motivos. Todos os elementos até aqui apresentados, nos levam a concluir que o distanciamento da costa prejudicaria o objetivo principal da ocupação: a extração de riquezas, que naquele momento estava ligada a agricultura e, em função das grandes distâncias percorridas do interior ao litoral, elevaria os custos da produção, além de desguarnecer a costa.

Além disso, ou talvez por isso mesmo, por um longo período de tempo as incursões ao interior ficaram vedadas sem a autorização expressa do rei de Portugal, e mesmo obras literárias que descrevessem as riquezas naturais do Brasil eram censuradas para não despertar o interesse de outras nações. Um bom exemplo disto é a obra escrita por André João Antonil: “*Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*”, censurada por conter informações consideradas estratégicas. Era preciso proteger a costa e produzir riquezas a partir dela, ao mesmo tempo em que se guardava o que houvesse no interior por explorar.

Assim, nesta primeira abordagem buscamos apresentar os elementos factuais mais importantes para as incursões circunstanciais e para permanência do homem junto às áreas litorâneas. Para o segmento deste artigo trataremos dos movimentos com caráter mais definitivo de fixação à terra e de configuração de nosso território.

(continua na próxima edição)

## A raposa e as uvas

### E o que Bolsonaro tem a ver com isso

Por Danielly Jesus



Todos temos sonhos. O ser humano possui desde tenra idade (alguns mais, outros menos) objetivos que anseiam cumprir ao longo da vida, e isso é natural. A própria Bíblia diz que é Deus quem efetua em nós tanto o querer como o realizar (*Filipenses 2.13*), e ela também diz que o desejo cumprido é árvore de vida (*Provérbios 13.12*).

Contudo, há aqueles que, quando não conseguem realizar seus objetivos, sempre procuram, terceirizar suas frustrações: “*Não consigo por culpa de fulano, ciclano, beltrano, tetraclano, pentaclano...*”. Até porque, desde Adão e Eva, o método mais fácil de se escapar é culpar a todos, menos ter humildade de reconhecer seus erros.

A fábula da raposa e as uvas exemplifica isso: uma raposa deitou-se debaixo de uma parreira e viu uvas agradáveis aos olhos e tentou pegá-las. Tentou, tentou, porém sem sucesso. Após várias tentativas, a raposa vou queixar-se com o pássaro: “*Eu pegaria as uvas se elas estivessem maduras. Eu me enganei no começo, mas quando me dei conta que ainda estavam verdes, deixei para lá. Uvas verdes não são um bom alimento para um paladar tão refinado como o meu.*”

E por que estou falando a respeito disso? Porque em eleições tão polarizadas é nítido que há a uva e existem as raposas, e que as raposas estão tão desesperadas que apresentam uma dissonância cognitiva gravíssima: assim como a personagem, emitem as desculpas mais esfarrapadas por não conseguirem alcançar o topo.

O exemplo mais recente é das manifestações de 7 de Setembro: quantas não foram as raposas, ou melhor, os jornalistas, que fizeram de tudo para conter este evento? “*Cuidado, os bolsonaristas estarão armados com AK-47, haverá snipers, tudo escapará do controle, não saiam às ruas!*” Porém, nada disso aconteceu, pelo contrário: eu, que estive presente em Copacabana, pude constatar um povo ordeiro que apenas exigiu, pacificamente, sua liberdade. Famílias inteiras, crianças, idosos, pessoas de todas as classes sociais e cores, e até freiras! Todos uníssonos pelo fim das amarras impostas pela toga.

E as raposas, o que fizeram: negaram a realidade! A comentarista da Globo News, Eliane Castanhede, como não pôde pegar as “uvas”, resolveu difamá-las, assim como a raposa da fábula. Na noite do dia 7, em rede nacional, ela disse: *“Hoje é um dia triste. Bolsonaro colocou milhares de pessoas na rua. Foi bom pra ele, foi péssimo para o Brasil.”*. Miriam Leitão, outra “raposa”, comentou: *“Uma apropriação indébita do 7 de Setembro. Foi um absurdo o que aconteceu hoje.”*. Com mais de um milhão de pessoas nas ruas (se fizermos uma conta simples por metro quadrado, somando RJ, SP e Brasília), os jornais tiveram a insensatez de escrever a seguinte manchete: *“Bolsonaro reúne 64 mil em Copacabana e 32 mil na Paulista”*. E o Jornal Nacional, a maior das raposas, anunciou que o evento de Brasília houve apenas elogios ao governo e *“comentários machistas”*.

Aliás, uma raposa bem peculiar chamada Folha de São Paulo, ao invés de ressaltar a grandiosidade das manifestações, utilizou-se de uma brincadeira (que nem foi feita pelo presidente) para dizer que o presidente poderia ter *“disfunção erétil”*. Explico: um animador de rodeios conhecido como Cuiabano, amigo do presidente, disse que Bolsonaro é *“imbrochável”*, Oras, é óbvio que não se tratava do suposto desempenho sexual do presidente! Cuiabano denominou desta forma para explicar que, mesmo após tantas perseguições da mídia e problemas no governo que nunca faltam, Jair Bolsonaro tem se mostrado forte, aguerrido, erguido. Não há comentário machista ou coisa do gênero! Contudo, a Folha não teve vergonha alguma ao publicar o seguinte: *“Problemas de ereção atingem 70% dos homens na idade de Bolsonaro”*.

Antigamente, as “raposas” da mídia eram ovacionadas, tratadas como semi-deuses, inerrantes, perfeitas e imaculadas; ninguém ousava discordar da velha imprensa, ainda que tivesse motivos para tal. E estas “raposas” deliciavam-se com as “uvas” neste tempo: o prestígio, os elogios, o dinheiro estatal que alimentava suas redações. Então, apareceu Jair Bolsonaro, trazendo a maior “uva”: a verdade. Tendo como lema o versículo de João 8.32 *“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”*, ele passou a expor como de fato funciona a grande imprensa brasileira e, ao assumir a cadeira presidencial, deixou de alimentar a velha imprensa com dinheiro do contribuinte. E o resultado não seria diferente: choro e ranger de dentes.

As “raposas” não conseguem ter a hombridade de reconhecer que, se a população já não os adula mais é por culpa de si mesmos; e assim como a personagem da fábula, culpam a falta de maturação das uvas; e como é difícil alcançar esta “uva” denominada verdade, as “raposas” acusam o “pássaro”, o povo, que tem as asas que o levam ao seu objetivo. O sonho das “raposas” a cada dia estará longe e seguirão frustrados se não olharem a si mesmos e reconhecerem: *“Se não me delicio mais com esta uva, pedirei ao pássaro ajuda. Quem sabe assim, serei bem-sucedida.”*

## Variedades

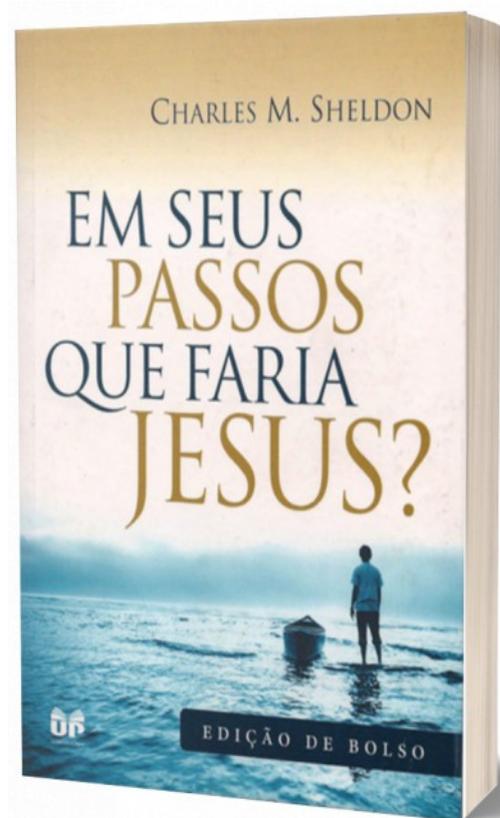
Sugestões culturais

Por Edson Araujo

### Livro:

#### Em seus passos que faria Jesus?

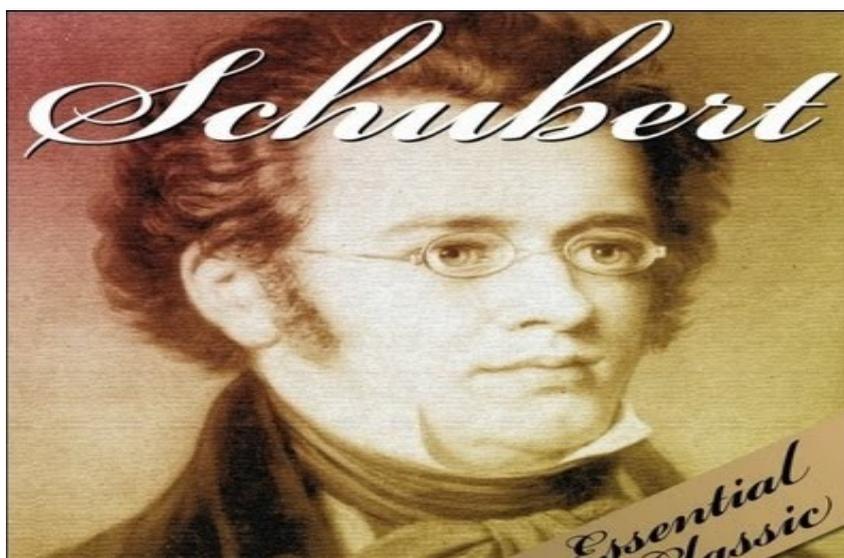
Um livro é uma fonte de aprendizado e imaginação. Nos permite conhecer, descobrir e explorar o mundo ao nosso redor. Aumenta nossa curiosidade e nos mantém entretidos. Os livros nos permitem conectar com histórias, personagens e sentimentos, ajudando nossa compreensão, vocabulário e escrita.



### Música:

#### The Best of Schubert

[Clique na imagem e ouça](#)



**Poema:**

A minha alma é um silencio  
de cinzas, de mágoas deitadas ao vento  
não sinto, não vejo, nem escuto.

O meu coração que bate baixinho  
já não sou mais quem eu era..e talvez nunca venha a ser..  
cansada da longa caminhada, mesmo com fé  
Mergulhei na noite escura, sozinha, escondida  
de mim mesmo à beira de um precipício  
de onde a mão de um anjo socorreu-me

Andei perdida, esquecida de mim mesma  
sem pressa de encontrar o caminho  
ouvi uma voz e continuei sempre em frente.!

[MariaIsabelMoraisRF](#)

**Filme:****O doador de memórias**

Uma pequena comunidade vive em um mundo aparentemente ideal, sem doenças nem guerras, mas também sem sentimentos. Uma pessoa é encarregada a armazenar estas memórias, de forma a poupar os demais habitantes do sofrimento e também guiá-los com sua sabedoria. De tempos em tempos esta tarefa muda de mãos e agora cabe ao jovem Jonas (Brenton Thwaites), que precisa passar por um duro treinamento para provar que é digno da responsabilidade.



**Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia: PIX: 28.814.886/0001-26**

## Serra da Estrela

Por Munique Costa

A Serra da Estrela, onde se encontra Petrópolis, era praticamente desconhecida pelos colonizadores portugueses nos primeiros 200 anos de colonização, salvo por alguma expedição exploratória para tomar posse de sesmarias. Isso se devia ao enorme paredão montanhoso de mais de 1000m de altura que tinha que ser vencido para se chegar até lá; e também pela presença dos bravios índios Coroados que habitavam serra acima. Ali não havia atividade econômica. Somente quando os bandeirantes paulistas descobriram ouro nas Minas Gerais é que foi aberto o Caminho Novo, em 1704, para facilitar a viagem até as vilas mineradoras. O caminho era “novo” porque havia um outro, o “velho”, a variante do Caminho Novo, passando pelo alto da serra onde hoje está nossa cidade desde meados dos anos 1600, muito longo e de difícil trânsito, aberto pelos próprios bandeirantes, constituído de trilhas e picadas até as minas de ouro.



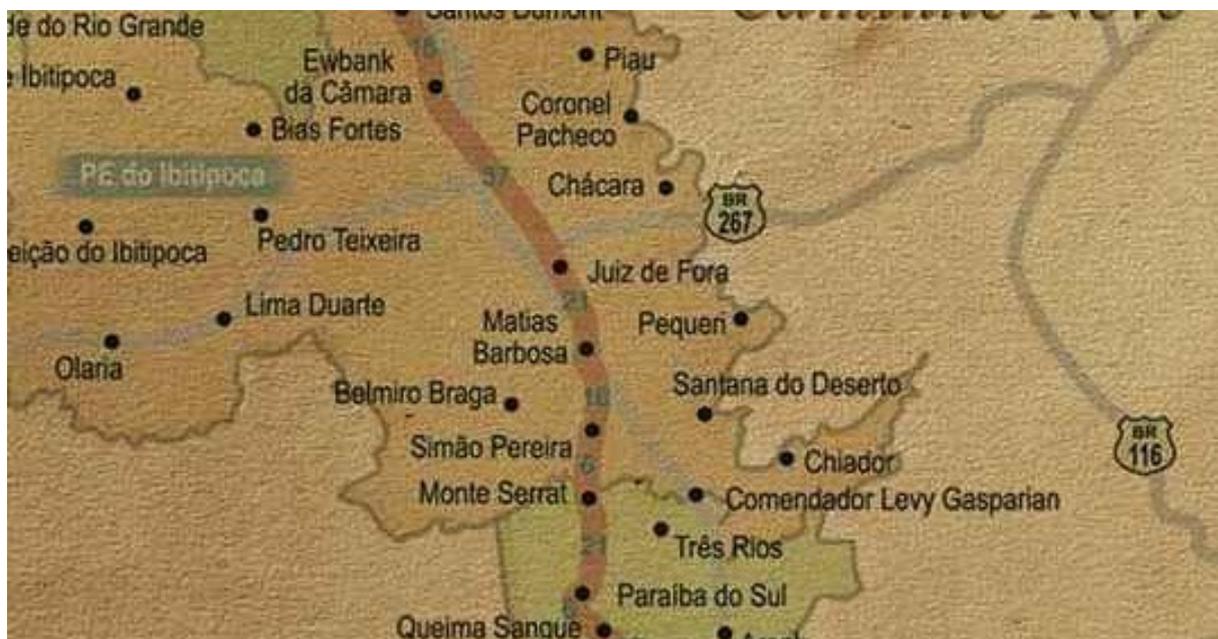
[Pintura feita avistando o paredão de rocha de Serra da Estrela](#)

### **O caminho novo**

O Caminho Novo faz parte de uma rede de importantes caminhos do Brasil Colonial, aos quais era dado o nome de Estrada Real. Muitos desses caminhos eram antigas trilhas e veredas abertas pelos bandeirantes que se embrenhavam pelo sertão, na direção de Minas Gerais e Goiás, à procura de ouro e pedras preciosas. O mais antigo deles, conhecido como Caminho Velho, ia de São Paulo, de Piratininga até Taubaté, subia a Serra da Mantiqueira, passava por São João del Rey e ia para Vila Rica, Caetés, Sabará. Dali havia extensões para Tijuco (Diamantina), Jaguará, até a região da Fazenda Meia Ponte, hoje Pirenópolis, Goiás. Mas quem vinha da capital, Rio de Janeiro, tinha de ir em uma embarcação até Paraty, subir e descer a Serra do Mar até Taubaté para encontrar o Caminho Velho e seguir adiante. Do Rio eram “99 dias de viagem, sendo 43 a pé ou a cavalo”, conforme descrição do Governador Geral Artur de Sá e Meneses, que fez a viagem em 1699, para avaliar as possibilidades da exploração do ouro. Foi após essa viagem que ficou decidida a abertura de um caminho oficial por onde pudesse ser transportado sob controle, o ouro extraído nas minas e fosse feito todo o suprimento das dezenas de arraiais e vilas que iam surgindo em torno da mineração.

O Caminho Novo foi aberto por Garcia Rodrigues Paes e levava vinte ou trinta dias de viagem, um terço do tempo feito pelo Caminho Velho. Ele iniciava num porto do rio Pilar, que desagua no fundo da baía da Guanabara, subia a Serra do Mar na altura de Xerém, passava por Marcos da Costa, Paty do Alferes e Paraíba do Sul, onde havia um Registro para a fiscalização colonial, e seguia para as Minas Gerais, passando por Juiz de Fora e Barbacena. Ocorre que a subida do paredão da Serra do Mar, em Xerém, era muito íngreme, onde muitas vezes pessoas e mulas carregadas rolavam ribanceira abaixo. Depois de vinte anos de sofrimento, Bernardo Proença, um rico fazendeiro da região, se propôs abrir uma nova subida da Serra por antiga trilha de índios em sua fazenda. Aceita a proposta, Proença construiu o Porto da Estrela no fundo da baía da Guanabara, onde é hoje a Praia de Mauá, e que se tornou logo uma importante vila, depósito e escoamento de mercadorias. Esse porto, com sua capela em louvor de Nossa Senhora Estrela dos Mares, está hoje em ruínas, mas ainda pode ser visitado. Ele foi o início da variante do Caminho Novo, por onde os tropeiros subiam a Serra do Mar, atravessando a exuberante encosta da nossa Serra Velha. Chegando ao alto, a Variante de Proença seguia em direção à área onde hoje está situada a Estação de Transbordo Imperatriz Leopoldina, passando pela fazenda do Córrego Seco, onde, mais tarde, surgiria Petrópolis. Dali os tropeiros tomavam a atual rua Silva Jardim até o Quissamã. Para chegar a Corrêas, os viajantes percorriam um trecho que até hoje tem o nome de Estrada Mineira. Vinha depois Pedro do Rio, Secretário, Sebollas, até encontrar o Caminho Novo de

Garcia Rodrigues Paes em Paraíba do Sul, prosseguindo, então, até a região das minas de ouro. Em Barbacena, também há hoje um bairro com o nome de Caminho Novo e uma rua Caminho Novo, sobre os antigos trechos da histórica trilha.



Segundo o Registro de Paraíba do Sul, em 1824, a cada dia, indo e vindo, passavam em média pelo Caminho Novo 153 mulas dos tropeiros e 77 pessoas. Por ela também passaram os importantes viajantes-naturalistas dos anos 1800 como Spitz, von Martius, Saint Hilaire, Walsh, Freireys e muitos outros que, como o Barão de Langsdorff, queriam conhecer as riquezas do novo país para informar as possibilidades de exploração aos seus governos.

Bernardo Proença recebeu pelo seu trabalho uma sesmaria no Alto da Serra, onde hoje está quase toda a cidade de Petrópolis. Outras sesmarias foram distribuídas ao longo do Caminho Novo e logo a região se desenvolveu muito. Se ele não tivesse aberto a Variante do Caminho Novo passando pelo Córrego Seco, todo o desenvolvimento da nossa região teria acontecido no eixo Xerém-Paty do Alferes-Miguel Pereira-Paraíba do Sul, que era o traçado original daquela via feita por Garcia Rodrigues Paes.

Bernardo Proença recebe três homenagens em Petrópolis: um monumento próximo à Estação de Transbordo Imperatriz Leopoldina, o nome de uma rua no bairro do Itamarati e o de um conjunto habitacional em Corrêas. Garcia Rodrigues Paes é lembrado em um monumento em Paraíba do Sul.

O Brasil, antes desses caminhos, não existia como unidade geopolítica e administrativa. Havia algumas feitorias explorando açúcar no litoral e outros núcleos urbanos na Bahia, Nordeste e

São Paulo. Esses caminhos ligaram o interior ao litoral, promovendo uma unificação cultural e de esforços que resultou na ocupação e no desenvolvimento de uma vasta região onde se instalaram fazendas, ranchos, pousos e vendas. Data daí, também, o início da nossa atividade administrativa pública, organizada com o emprego de funcionários para controle da zona mineira, como fiscais, meirinhos, corregedores; a criação dos “Registros” ao longo dos caminhos; monetarização da economia, com a criação da Casa da Moeda, das Casas de Fundição e a formação, enfim, de uma classe média mais sólida, ao lado de outras como a dos mineradores, artesãos, administradores, comerciantes etc.

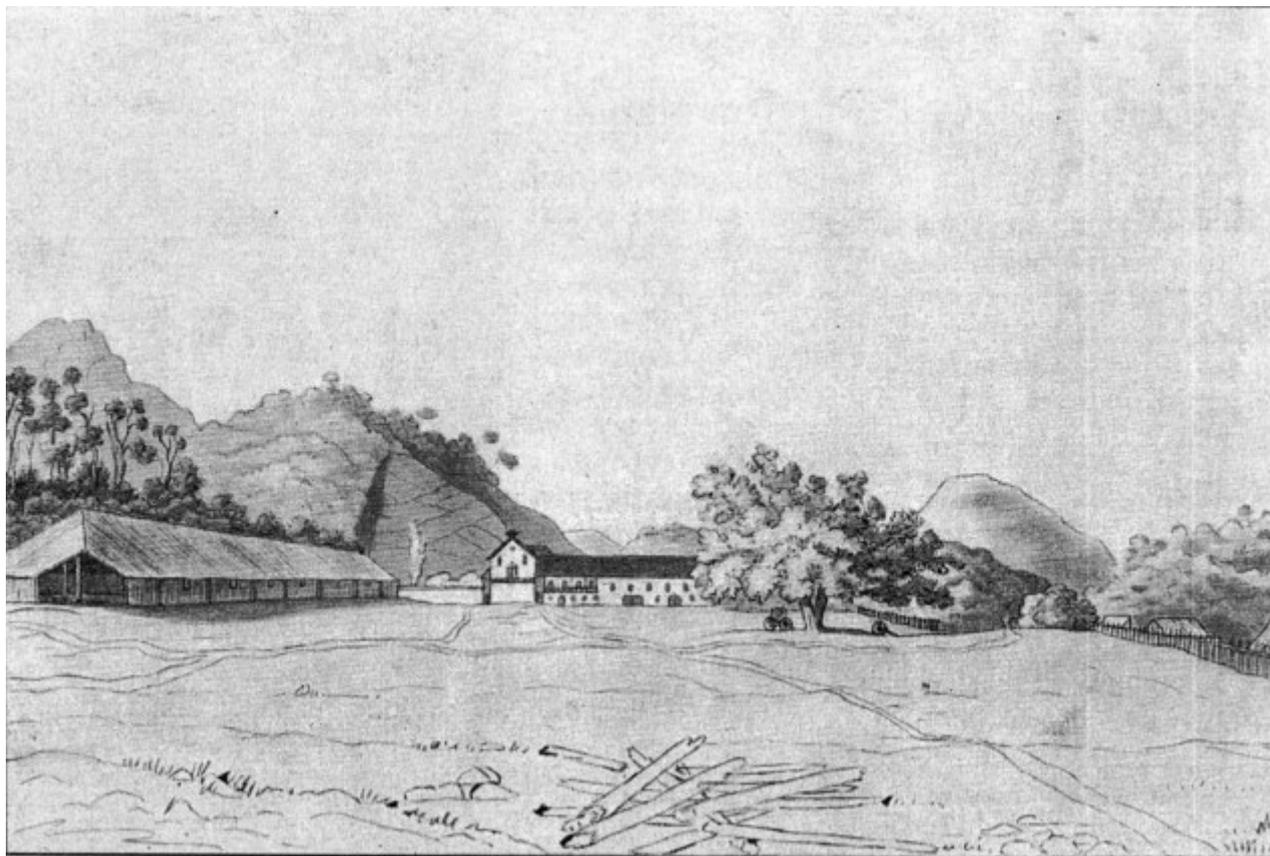
### **A fazenda do Pe. Correia e D. Pedro I**

Antônio Tomás de Aquino Correia, filho de Manuel Correia da Silva, nasceu no Rio da Cidade em 1759, estudou na Universidade de Coimbra e foi ordenado em 1783, passando a ser conhecido como o Padre Correia. Transformou sua propriedade na mais progressiva fazenda da Variante do Caminho Novo, citada por todos os viajantes estrangeiros que por ali passaram quando o Brasil abriu seus portos ao comércio internacional. Em 1829, o viajante inglês Robert Walsh cita em seus diários que lá tomou um excelente suco de pêsego. Refere-se também a plantações de café, mostrando dessa forma a importância da fazenda. A casa grande da fazenda era enorme, com varanda na frente e muito bonita. Havia uma capela consagrada a Nossa Senhora do Amor Divino, cuja imagem está atualmente na igreja de Corrêas. Esse conjunto arquitetônico está preservado até hoje como um dos mais antigos e valiosos monumentos coloniais petropolitanos.

O Padre Correia criava gado mais para corte do que para o aproveitamento de leite. Como o clima era propício, havia o cultivo de cravos, figos, jaboticabas, uvas, pêsegos, marmelos, milho, maçãs e outras frutas de origem européia. Mas a principal atividade do Padre Correia era cultivo de milho e a fabricação de ferraduras para atender à enorme demanda exigida pelas dezenas de tropas diárias que pernoitavam na Fazenda. Lá também existiam muitos escravos. O Padre Correia foi um dos grandes senhores de terra da região petropolitana. D. Pedro I esteve na fazenda em março de 1822 e retornou várias vezes, passando a ter grande admiração por aquele local. O Padre Correia faleceu em 1824, com 65 anos, de morte repentina, provavelmente problemas cardíacos, tendo Da. Arcângela Joaquina da Silva, sua irmã, herdado a fazenda.



Desde a primeira vez que se hospedou na fazenda do padre Corrêa, D. Pedro I desejou adquirir terras na região para o tratamento da saúde de sua filha, Paula Mariana de 5 anos que sofria de problemas respiratórios e se sentiu bem melhor na primeira vez que se hospedou.



**Fazenda do Padre Corrêa. Bico de pena e aquarela de Friedrich Sellow, 1815**

### **A fazenda do Córrego Seco**

Dom Pedro I sentia a necessidade de construir um palácio fora do Rio de Janeiro, pois recebia muitas visitas da Europa não habituadas ao calor tropical. Construir um palácio na fazenda do Padre Correia seria muito oportuno pelo excelente clima da região, que agradaria aos visitantes estrangeiros. Incomodava também ao Imperador a existência de residências muito mais luxuosas que os seus palácios, todos eles muito simples. Um palácio de verão serra acima poderia ser mais qualificado para a sua condição imperial. Além disso, sua filha, a princesinha Da. Paula, que tinha sérios problemas de saúde, vindo a falecer prematuramente aos dez anos, passou um verão na Fazenda do Padre Correia e se sentiu muito bem, repetindo a estadia muitas vezes. Em 1828, D. Pedro I, agora com sua segunda esposa, D. Amélia, continuava a frequentar a fazenda com Da Paula. A comitiva imperial nunca tinha menos de cinquenta pessoas e Da. Amélia sentiu que visitas

tão avantajadas estavam trazendo muitos problemas para Da. Arcângela, irmã e herdeira do padre. Pediu então a Dom Pedro que comprasse a Fazenda. O Imperador se entusiasmou com a idéia, mas Da. Arcângela, alegando questões familiares de herança, não concordou com a venda. Ela mesma, talvez querendo se ver livre das incômodas e freqüentes visitas reais, indicou a Dom Pedro I uma fazenda vizinha que estava à venda, a do Córrego Seco, pertencente ao Sargento-Mór José Vieira Afonso. Assim D. Pedro comprou o Córrego Seco por vinte contos de réis, preço considerado muito alto para o valor real da fazenda. A escritura de compra foi assinada em 1830.

D. Pedro I ainda adquiriu outras propriedades no entorno, no Alto da Serra, em Quitandinha e no Retiro, ampliando a área de sua fazenda. Ele poderia afinal realizar seu sonho de 1822, construindo um Palácio de Verão. Como enfrentava dificuldades políticas na capital, desejando que reinasse paz entre a Nação e o Trono, passou a chamar o seu Córrego Seco de Fazenda da Concórdia, onde pretendia construir um palácio. Encarregou o arquiteto real Pedro José Pezerat e o engenheiro francês Pierre Taulois de um projeto que denominou Palácio da Concórdia, simbolizando a harmonia que tanto desejava entre a Nação e o ramo brasileiro da Casa dos Bragança. Mas a obra não foi realizada, pois no dia 07 de abril de 1831, o Imperador foi obrigado a abdicar para retornar a Portugal. O projeto do palácio e o orçamento da obra constam dos arquivos do Museu Imperial, infelizmente sem referência quanto ao local da obra.



[Fazenda do Córrego Seco](#)

Fonte: <https://www.petropolis.rj.gov.br/imc/index.php/petropolis/historia> e <https://souponpetropolis.com/2019/03/16/14-fatos-sobre-a-fundacao-de-petropolis-que-talvez-voce-nao-saiba/>



## Caderno Direito nas Escolas

### O que são as Excludentes de ilicitude?

Por Leandro Costa

As excludentes de ilicitude são algumas hipóteses que permitem que **a prática de um ato ilícito não seja tratada como crime.**

Uma ação que é considerada crime, quando é praticada em uma situação específica, pode não ser tratada dessa forma. Isso significa que, se existir uma das causas excludentes de ilicitude, **não haverá crime.**

Para compreender melhor o assunto, antes é preciso saber o que é ilicitude.

#### **O que é ilicitude?**

A ilicitude é um ato que vai contra a previsão da lei e, como consequência, causa um dano a um bem que é protegido pelo Direito.

Para isso, é preciso que o fato praticado seja previsto na lei como um fato tipificado. Ou seja, **se o fato for previsto na legislação, será considerado um crime.**

#### **Ilicitude e excludentes de ilicitude**

Sabendo o significado de ilicitude, fica mais fácil compreender as causas de exclusão da ilicitude.

As excludentes permitem que – em situações específicas, somente as determinadas na lei – uma pessoa **pratique um ato ilícito, sem que seja considerado um crime.**

#### **Causas excludentes da ilicitude**

As causas excludentes da ilicitude são as situações em que a lei prevê que um ato que seria tratado como crime, pela sua circunstância específica, não será tratado desta forma.

Existem três excludentes, que estão listadas no artigo 23 do Código Penal:

*Art. 23 – Não há crime quando o agente pratica o fato:*

*I – em estado de necessidade*

*II – em legítima defesa*

*III – em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.*

Saiba um pouco mais sobre cada uma dessas causas:

#### **Estado de necessidade**



## Caderno Direito nas Escolas

**O estado de necessidade se aplica a alguém** que está em uma situação de perigo. Conforme a lei penal, considera-se nessa situação o indivíduo que **pratica uma conduta para se salvar de um perigo atual**.

Para que essa condição seja considerada, um bem jurídico protegido pela lei deve ter sido violado para que outro bem – também protegido pela lei – possa ser preservado do perigo.

Veja o que diz o artigo 24 do Código Penal:

*Art. 24 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar; direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.*

A aplicação dessa excludente possui um requisito: para que seja reconhecida a situação, é preciso **comprovar que o perigo é atual**. É indispensável que o momento de perigo seja verificado, do contrário, a excludente de ilicitude não poderá ser aplicada.

*Exemplo:* furto de um automóvel estacionado na via pública para fazer o transporte de uma pessoa que corre risco de morte.

O furto de um automóvel é tipificado como crime. Mas, nesse caso e com as devidas comprovações da necessidade e do perigo da situação, poderá ser aplicada a excludente de estado de necessidade.

### **Legítima defesa**

Legítima defesa é o uso dos meios necessários para dar fim a uma agressão. Acontece quando uma pessoa pratica um ato que seria crime, mas na circunstância de legítima defesa, não será tratado dessa maneira.

Pode ser considerada tanto na própria defesa, como na defesa de outras pessoas.

É importante saber que os meios usados na defesa devem ser moderados, ou seja, apenas o suficiente para que a agressão seja encerrada.

Esta excludente está prevista no artigo 25 do Código Penal.

Assim como acontece com o estado de necessidade, para que a legítima defesa seja considerada como excludente de ilicitude, deve ser comprovado o perigo. Além disso, é preciso provar que a agressão é injusta, ou seja, que não houve provocação para que ela acontecesse.

*Exemplo:* em uma situação de assalto, a vítima agride o assaltante para livrar-se da situação e conseguir fugir.



## Caderno Direito nas Escolas

A agressão é um crime tipificado. Nessa situação específica, se for comprovada, pode ser considerada como causa que exclui a ilicitude do ato.

### Estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito

Nesses casos, a exclusão da ilicitude acontece quando o ato é praticado por um indivíduo que cumpre um dever. A aplicação mais comum acontece quando uma pessoa **pratica uma conduta em função de sua profissão**. Assim, a conduta que seria crime, se praticada no dever profissional, não será tratada como um crime.

Para isso, é preciso que a obrigação esteja especificada em uma lei. Do contrário, a ação poderá ser tratada como um ato ilícito. Assim como nas outras causas excludentes, é importante que sejam respeitados os limites previstos na lei, pois os excessos no ato poderão ser punidos como crime.

*Exemplo:* um segurança de uma loja que reage a um assalto com arma de fogo.

Nesse caso, por estar cumprindo o dever de proteção que a profissão exige, a conduta praticada poderá não ser tratada como crime.

### Por que

Escrito separado e sem acento é usado em frases interrogativas e também como a união de "por" com um pronome relativo. Pode ser substituído por "pelo qual", "pelos quais" etc.

Por que

Porque

### Porque

Escrito junto e sem acento é uma conjunção explicativa ou causal. Pode ser substituído por "pois", "uma vez que". Exemplo: **Ele voltou porque estava cansado.**

### Por quê

Escrito separado e com acento serve para quando a expressão aparecer sozinha ou ao final das frases, significando "por qual motivo", "por qual razão". Exemplo: **O menino foi embora e nem disse por quê.**

Por quê

Porquê

### Porquê

Escrito junto e com acento se usa quando a sentença for substantivada e sinônima de "motivo" ou "razão". Exemplo: **Não sei o porquê de tanta empolgação.**



**"Com conhecimento se constrói cidadania!"**

## Redes sociais

Canal Revista Conhecimento & Cidadania

Inscriva-se e compartilhe!

Assista ao vídeo da nossa 1ª mesa-redonda



## Colaborador



[www.direitonasescolas.com](http://www.direitonasescolas.com)

Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia:  
PIX: 28.814.886/0001-26

Garanta o seu!!!



# Revista Conhecimento & Cidadania

A REVISTA DIGITAL DA DIREITA CONSERVADORA



**Por Apenas**  
**R\$ 19,90**

Acompanhe-nos nas redes sociais

 @RevistaConhecimentoCidadania

 @revistaconhecimentocidadania

 @revistaconhecimentocidadania



Na compra do E-book da Revista ganhe o E-book: O mínimo que você deveria saber para votar em 2022.



Compre aqui

